

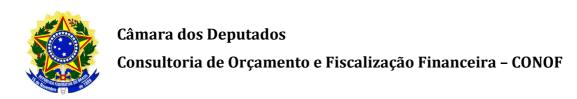
Câmara dos Deputados

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira - CONOF

INFORMATIVO Nº 54/2017 DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA À INSTRUÇÃO DO PROCESSADO PARA EFEITOS DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA TIPO DA PROPOSIÇÃO: PL NÚMERO: 376 ANO: 2014

1. A proposição provoca repercussão negativa no ambito dos orçamentos da União, estados e
municípios?
☐ Aumento de despesa - ☐ União ☐ estados ☐ municípios
☐ SIM → ☐ Diminuição de receita - ☐ União ☐ estados ☐ municípios
oxtimes NÃO
1.1.Há proposição apensa, substitutivo ou emenda que provoque aumento de despesa ou diminuição de receita na União, estados e municípios?
Aumento de despesa. Quais?
☐ SIM ← ☐ Implica diminuição de receita. Quais?
☐ SIM ☐ Implica diminuição de receita. Quais? ☐ Não implica aumento da despesa ou diminuição da receita. Quais?
oxtimes NÃO
2. Em caso de respostas afirmativas às questões do item 1:
2.1.Há emenda de adequação que suprima o aumento de despesa ou diminuição de receita?
☐ SIM (Emenda n°) ☐ NÃO
2.2. A proposição está instruída com estimativa do impacto orçamentário e
financeiro no exercício em que seus efeitos devam entrar em vigor e nos dois
subsequentes?
\square SIM \square NÃO
2.3. A estimativa de impacto da proposição foi elaborada por órgão dos Poderes, do Ministério Público da União ou Defensoria Pública da União e encontra-se acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas?
\square SIM \square NÃO
2.3. Foi indicada a compensação com vistas a manter a neutralidade fiscal da proposta?
\square SIM \square NÃO
3. As demais exigências constitucionais, legais e regimentais relacionadas à adequação e
compatibilidade orçamentária e financeira foram atendidas?
oxtimes SIM $oxtimes$ NÃO
3.1. Se não, relacionar dispositivo infringido:
4. Outras observações:

A proposição é de natureza meramente normativa, não tendo impacto direto sobre a despesa ou sobre a receita da União, na medida em que determina que o Poder Executivo deva submeter à aprovação do Poder Legislativo, pela comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição (CMO), e nas equivalentes nas esferas estaduais e municipais, relatório detalhado do cálculo dos resultados fiscais, para demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, bem como disciplina ações decorrentes da apresentação do mencionado relatório.



Brasília, 3 de abril de 2017.

Ingo Antonio Luger Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira